



MULHERES QUE AMAM MULHERES: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS NAS MILITÂNCIAS FEMINISTAS

Aline da Silva Piason¹
Marlene Neves Strey²
Ana Luiza dos Santos Julio³

Introdução

Este estudo refere-se a uma pesquisa de doutorado, em andamento, do programa de pós-graduação em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo investigar como as mulheres, que se auto-identificam enquanto lésbicas e que participam de movimentos feministas, estão se mobilizando no interior desses movimentos sociais, na busca de inserção de suas reivindicações e aquisição de seus direitos nas políticas públicas para as mulheres.

Tal proposta origina-se da experiência de pesquisa realizada no mestrado, que abordou o tema: “Mulheres que amam mulheres: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas”, apresentado em janeiro de 2009. Desde então, passamos a considerar que estudar as experiências e vivências em relação à sexualidade constitui um modo de contribuir para a relativização e problematização do modelo hegemônico de sexualidade (heterossexual). Compreendemos que, através dos discursos dominantes, das redes de poder e dominação, procura-se apagar da história e do imaginário social as relações específicas entre as mulheres, tanto afetivas quanto eróticas. Assim, os envolvimento amorosos e sexuais entre as mulheres se tornaram conhecidos como “o amor que não ousa dizer o nome” tal como denunciados na obra clássica “A epistemologia do armário” (1990) da autora Eve Kosofsky Sedgwick.

Dar continuidade ao tema abordado, também encontra ressonância no projeto “Guarda-chuva” atual do grupo de pesquisa Relações de Gênero da PUCRS, intitulado “Vida de Mulher: Um Estudo com Entrevista Biográfica”, que tem como finalidade desenvolver estudos sobre as mulheres, a partir de uma perspectiva feminista de gênero. Neste momento, o estudo do grupo de pesquisa irá centrar-se em mulheres lésbicas e mulheres negras, que foram as que, em estudos anteriores, estão entre as mulheres que mais vivenciaram inúmeros cativeiros e limitações. No

¹ Doutoranda em Psicologia, Grupo Relações de Gênero – PPG- PUCRS. Bolsista CAPES. alinepiason@uol.com.br

² Psicóloga Social, Professora do PPG- Psicologia PUCRS. Pesquisadora CNPq. streymn@puers.br

³ Doutoranda em Psicologia, Grupo Relações de Gênero – PPG-PUCRS. Bolsista CAPES. a-julio@hotmail.com



entanto, são, também, consideradas como aquelas que podem apontar bons exemplos de libertação à sociedade sexista e racista.

Considerações teóricas

Para investigar como as mulheres, que se auto-identificam enquanto lésbicas e que participam de movimentos feministas, iremos utilizar como referência as teorias feministas e pós-estruturalistas de gênero. Esse enfoque, representado por autoras como Chantal Mouffe, Joan Scott, Judith Butler, Linda Nicholson e Teresa de Lauretis, procura romper com posições essencialistas e heterossexista, ou seja, propõe uma perspectiva para além do binário do sistema sexo-gênero. Para estas autoras, os estudos feministas e de gênero devem abordar um pensamento plural, que escapa dos argumentos biológicos e culturais da desigualdade, que permitam pensar em mulheres de diferentes classes, raça, religiões, idades, orientações do desejo, etc. (Louro, 1997; Pereira, 2004).

Essas autoras vieram contribuir com uma nova perspectiva, diante de um impasse teórico e político verificado no interior dos movimentos feministas. Inicialmente pensavam ser necessário criar um sujeito político “mulher” por quem iriam lutar e defender contra a opressão e exclusão social, e igualmente adquirir seus direitos enquanto cidadãs. O feminismo reivindicava para as mulheres um espaço exclusivo de atuação política. Em seus estudos e escritos, segundo Tereza de Lauretis (1994), assumem o conceito de gênero, entendido como a criação social de diferenças biológicas que opõem homens e mulheres.

A pretensão era realizar uma construção política da diferença sexual. Entretanto o estabelecimento de uma construção social binária, em gêneros masculinos e femininos, resultou na perda do cunho revolucionário do termo, que se manteve hierarquizado e assimétrico, criando identidades fixas e universais. Na visão de Joan Scott (2002) as feministas passaram a enfrentar um “dilema sem saída”, gerando debates sobre igualdade e diferença. Para a autora:

A oposição binária, ao mesmo tempo em que contrapõe os dois termos da oposição, constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta às múltiplas identificações entre os lados opostos, exagerando a oposição, da mesma forma oculta o múltiplo jogo das diferenças de cada lado da oposição. Trata-se de um jogo de exclusão e inclusão. Com isto, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário⁴

Não nos surpreende o fato de que, diante de posturas essencialistas, na criação de um sujeito (mulher) político universal, que pressupunha uma base comum entre as mulheres, as feministas negras, latino-americanas, lésbicas e de classe trabalhadora, protestaram ativamente. Através de

⁴ SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. Debate feminista. Cidadania e feminismo (Edição especial). São Paulo: Cia melhoramentos, 1999. PP.203 – 222.



suas produções críticas, criaram espaços para declarar que não viam suas experiências refletidas no modelo proposto e apresentadas ao mundo (Louro, 1997; Mariano, 2005).

Nesse contexto, Adrienne Rich (1980) destaca a invisibilidade das lesbianas nos escritos das historiadoras feministas. A autora passa a denunciar que a heterossexualidade foi institucionalizada como compulsória, conduzindo o processo de subjetivação feminina, estabelecendo o lugar da fala e da atuação, delimitando funções e induzindo comportamentos. Ela criou a expressão *continuum lesbian*, para evocar uma relação entre mulheres que não se limita a uma relação sexual ou amorosa, mas vai além, indica a união entre mulheres, lesbianas ou não, contra o sistema patriarcal. Almejava fazer uma história no feminino onde houvesse espaço para os registros da experiência lesbiana.

Progressivamente, vai se instaurando a partir da década de 80, nas sociedades Ocidentais, a necessidade de organizarem movimentos próprios, espaços autônomos de militância lesbiana (Falquet, 2006). Nota-se que inicialmente, homens e mulheres homossexuais chegaram a se unir em movimentos de luta das chamadas “minorias” contra a opressão e a exclusão vivenciada em uma sociedade exclusivamente heterossexista. Mas enquanto mulheres, as lésbicas não demoraram a perceber suas especificidades negadas no interior desses movimentos. Não tardaram a criticar a misoginia, o funcionamento patriarcal e os objetivos falocêntricos do movimento homossexual, dominado pelos Gays. Tinham que enfrentar, além das dificuldades enquanto homossexuais, as dificuldades geradas pela subordinação social feminina (Adelman, 2000; Falquet, 2006).

Em diferentes países se repetem as mesmas experiências. Ao considerarem seus interesses de ordem primordial, passaram a organizar movimentos de mulheres lésbicas. No Brasil, o grupo Galaf - Grupo de Ação Lésbica, foi criado em 1979 (Mott, 1987). Este grupo promoveu a primeira publicação lésbica brasileira denominada Chana com Chana. Destaca-se que em 19 de agosto de 1983 ocorreu a primeira manifestação organizada de lésbicas contra o preconceito no país, no Ferro's Bar, na cidade de São Paulo. Os donos do bar não estavam permitindo a venda do boletim distribuído pelo grupo GALAF, portanto, organizaram uma manifestação com o apoio de feministas, de grupos homossexuais, de parlamentares e integrantes da OAB. Essa data acabou se demarcando como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico no Brasil⁵.

Em 2003 cria-se um novo movimento durante encontros realizados no III Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre, dando origem ao grupo LBL - Liga Brasileira de Lésbica (Selem, 2007). Logo após ocorreu o V SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas) na cidade de São Paulo, considerado um divisor de águas no movimento de lésbicas. Nesse evento conseguiram

⁵ Dados obtidos no site: http://www.umoutroolhar.com.br/simbolos&dias_porque19.htm



estruturar coletivamente a 1ª coordenação nacional da LBL, renovando as referências do movimento e abrindo espaço para novas militantes. Ainda nesse evento, realizou-se a I Caminhada de Mulheres Lésbicas, Bissexuais e, que passou a referendar o dia 29 de Agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica para todas as regiões do País.

Em 2004 a LBL, considerada um grupo lésbico feminista, participa da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em Brasília. Identifica-se naquele momento uma grande visibilidade das lésbicas na conferência, sendo incluída a questão da orientação sexual em todas as propostas onde aparecia a diversidade das mulheres negras, indígenas, idosas, jovens e outras. E em 2007, o grupo consolida a parceria com o movimento de mulheres negras durante a II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Lutam para o reconhecimento de que a violência de gênero, a opressão de raça/etnia e orientação sexual são violências estruturantes e históricas que expressam a opressão das mulheres e precisam ser tratadas como questões de segurança pública, justiça, educação e saúde pública (Conti, 2010).

Percebemos que os discursos presentes nesses movimentos, reivindicam maior visibilidade e empoderamento que possibilitem a emergência de políticas públicas, a fim de viverem com respeito, dignidade e cidadania. As participantes desses movimentos identificam, nessa trajetória, as possíveis articulações entre os movimentos de lésbicas e os movimentos feministas. Reconhecem que, ao se vincularem aos movimentos feministas, não se colocam em posição de se sacrificar por lutas que não são suas, como algumas críticas haviam sugerido (Calhoun, 1996); pelo contrário, constataram que a diversidade fortalece o movimento. Estão lutando por suas reivindicações e conquistando direitos em espaços públicos, promovendo um rompimento da dicotomia público/privado (Adrião e Becker, 2006).

Percebe-se que durante muito tempo, a sexualidade era considerada um aspecto da intimidade de cada indivíduo e como tal era um assunto restrito à vida privada. No entanto, teóricas feministas, muitas, influenciadas por reflexões pós-estruturalistas de Michel Foucault (1988), nos revelam que a sexualidade é também política. Como nos diz Judith Butler (1998), o sujeito é constituído discursivamente, é contingente e político, em todos os sentidos e aspectos de sua vida. Na visão de Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2008), a transformação de experiências da vida privada, em experiências e temas públicos, pode repercutir em processos de conscientização política, que enseja o reconhecimento social na equivalência de direitos implicada muitas vezes na construção de novos direitos e/ou na desconstrução de direitos estabelecidos.



Leila Barsted (2005), ao realizar reflexões acerca de novas legalidades e novos sujeitos de direito, considera que o reconhecimento e a expansão de direitos previstos em lei não asseguram necessariamente a vivência de uma cidadania ativa. Isso implicaria em questionar as relações de poder e seu caráter excludente na sociedade. Para clarear tal questão, faz referência a autora Hannah Arent (1993), a qual diz que uma cidadania ativa necessita que os cidadãos se agrupem pelo discurso e promovam ações no espaço público, *locus* onde a cidadania floresce. Exercer essa cidadania pressupõe ir além de ter seus direitos declarados formalmente em lei. É exercê-la por meio da ação, da atuação, de uma articulação no espaço público, de ser protagonista na defesa efetiva de seus direitos e participar de sua elaboração.

Nesse sentido, percebe-se que as mulheres lésbicas estão em busca desse protagonismo nos movimentos feministas. Buscam não apenas lutar pelo direito de as mulheres terem direitos, mas em propor novos direitos e lutar contra legislações discriminadoras, almejando transformações sociais. Reconhecem a necessidade de se pensar em políticas afirmativas, visto que necessitam assentar sua existência a partir desses marcos que as definem como pessoa, e que sejam respeitadas em suas diferenças, sejam elas quais forem. E, diante dessa realidade, nos propomos a investigar quais as trajetórias percorridas por estas mulheres em grupos de Militâncias Lésbico- Feministas na busca de seus direitos enquanto cidadãs.

Construindo o processo da pesquisa

No intuito de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa de doutorado está sendo desenvolvida por meio de um delineamento misto, ou seja, com abordagem qualitativa e quantitativa, a partir do enfoque nos estudos feministas de gênero. Segundo John Creswell (2007), trata-se de uma estratégia que tem como objetivo o uso de dados e resultados quantitativos para auxiliar na interpretação de dados qualitativos, que permitirá a exploração mais profunda da realidade estudada. As participantes são mulheres, com idades acima de 19 anos, que se auto-identificam como lésbicas e que se envolvem ativamente de militâncias feministas e movimentos sociais no Brasil.

A pesquisa está sendo composta por três estudos. No primeiro, está sendo realizada uma análise de documentos legais e planos de ações existentes na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Consideramos que a análise documental torna-se indicada, uma vez que, segundo Richarsond et al (2007), permite investigar os fatos sociais e suas relações sócio-culturais-cronológicas.



Na seqüência, o segundo estudo prevê a realização de grupos focais com representantes de movimentos de feministas lésbicas que possuem segmentos em regiões de todo o Brasil. Para dar continuidade a essa fase da pesquisa, será aguardada a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da PUCRS. A escolha da utilização de grupo focal (GF) deve-se ao objetivo de coletar dados através da interação grupal, que considera a visão dos participantes em relação a uma experiência ou a um evento. No caso, verificar suas percepções referentes à atuação e participação nos movimentos lésbico-feministas, na busca de inserção de suas reivindicações e aquisição de seus direitos nas políticas públicas para as mulheres. Os grupos serão gravados e posteriormente transcritos para serem submetidos à análise, sendo respeitado o sigilo quanto à identidade das participantes.

No terceiro estudo, a partir dos resultados obtidos nas duas etapas anteriores, pretendemos elaborar um questionário com questões abertas e fechadas para ser aplicado em âmbito nacional. A aplicação do questionário será feita mediante o contato prévio com as organizações e movimentos de feministas Lésbicas. Esse material será disponibilizado às participantes através de correio por carta e correio eletrônico. Todos os questionários serão acompanhados do termo de consentimento livre e esclarecido, que devem ser assinados pelas participantes e devolvidos em conjunto.

Os dados coletados serão analisados de acordo com cada etapa do processo. No primeiro e segundo estudo, que compõem a pesquisa, utilizaremos análise de discurso, segundo o preconizado por Rosalind Gill (2002). Para complementar, contaremos com o auxílio de uma ferramenta de informática para análise qualitativa de dados textual denominada “Atlas/Ti”. Essa providência se faz necessária na medida em que tanto a análise documental quanto os grupos focais produzem uma grande quantidade de dados. Essa ferramenta está embasada nos princípios da *Grounded Theory*, embora permita a realização da análise sob qualquer perspectiva teórica.

No terceiro estudo, os dados obtidos por meio do questionário serão submetidos à análise qualitativa, conforme o mesmo procedimento das fases anteriores, e à análise quantitativa, com auxílio dos recursos do programa estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Cabe ressaltar que todo o material da pesquisa está sendo estudado à luz das teorias feministas de gênero.

Considerações finais

Consideramos que, a partir da pesquisa realizada, poderemos contribuir com a ampliação das reflexões e problematização das relações de poder e seu caráter excludente na sociedade atual.



Pretendemos também promover o despertar de uma cidadania ativa no cerne dos movimentos Lésbico – Feministas, em suas trajetórias no processo de buscar a inserção de suas reivindicações e aquisição de seus direitos nas políticas públicas para as mulheres. Comprendemos, contudo, que não basta que os direitos sejam declarados formalmente em lei, mas devemos ir além e fazer valer no cotidiano as vivências enquanto cidadãs de um mundo de todas as cores do arco-iris.

Bibliografia

- ADELMAN, M. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 14, 2000, p.163-171.
- ARENDDT, H. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993.
- ADRIÃO, K.V. & BECKER, S. Algumas reflexões sobre produção da categoria de gênero em contextos como o movimento feminista e o poder judiciário. *Physis: revista da saúde coletiva*, v. 16, n. 2, 2006, p. 273-292.
- BARSTED, L.L. Novas legalidades e novos sujeitos de direitos. In: ÁVILA, M.B.; PORTELLA, A.P.; FERREIRA, V. (org). *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p.29 – 37.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998, p. 11-42.
- CALHOUN, C. The gender closet: Lesbian Disappearance under the sing Women. In VICINUS, M. (Org.). *Lesbian Subjects. A feminist Studies Reader*. Bloomington et Indianápolis: Indiana University Press, 1996, pp.209-232.
- CONTI, S. Fios e tramas do Arco-Íris: marxismo, feminismo e livre orientação sexual. [on-line]. Disponível em: < <http://www.lblrs.blogspot.com> > Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2ªed. Porto Alegre: Artmed. 2007.
- FALQUET, J. *De La cama a La calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. (12. ed.). Rio de Janeiro: Graal. 1988. (Original work published in 1969).
- Gill, R. Análise de discurso. In: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes. 2002. P. 244-270.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In HOLANDA, H. B. (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítico da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, P.206-242.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



MARIANO, S. *O sujeito do Feminismo e o pós-estruturalismo*. Estudos Feministas, v.13, n.3, 2005, p. 483-505.

MOTT, L. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

PEREIRA, V. L. Gênero: dilemas de um conceito. In STREY, M.N., CABEDA, S.T.L. & PREHN, D.R. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, P. 173-198.

PRADO, M.A., MACHADO, F.V. *Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008

RICH, A. *Compulsory heterosexuality and lesbian existence*. Signs: Journal of women in culture and society, v. 5, 1980, p.631-660.

SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the closet*. Los Angeles, USA: University of California Press, 1990.

SELEM, M.C.O. A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. *Labrys: Estudos Feministas*, v. 12, julho/ dezembro, 2007. [on-line]. Disponível em: < <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys12/livre/celia.htm>.> Acesso em: 27 março, 2008.

SCOTT, J. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate feminista. Cidadania e feminismo (Edição especial). São Paulo: Cia melhoramentos, 1999. PP.203 – 222.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.